



6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

Comissão Europeia
DG MARE
Sra. Diretora Executiva
99 rue Joseph II 1019 BRUXELAS
BÉLGICA

Lorient, XX de maio de 2021

Assunto: Proposta de alteração do regulamento delegado.

Exma. Senhora Diretora,

Os membros do Comité Executivo do CC-SUL estudaram as propostas de alteração do ato delegado especificando as modalidades de funcionamento dos conselhos consultivos, apresentadas no InterCC, quarta-feira, 5 de maio de 2021.

Embora os nossos membros sejam bastante favoráveis à proposta relativa a um modelo de redacção dos pareceres transmitidos, têm fortes reservas quanto aos critérios de distribuição das organizações membros nos diferentes colégios (Sector/Outros Grupos de Interesses).

De facto, como referimos aquando do InterCC de 18 de janeiro, o CC-SUL implementou a autodeterminação para responder às dificuldades de distribuição que representam algumas organizações "mistas". Esta alteração aos nossos estatutos teve lugar em 2017, após mais de dois anos de discussão entre os nossos membros, a fim de satisfazer todos os seus requisitos. Como a Comissão Europeia não quis tomar qualquer posição nessa altura, foi necessário encontrar uma solução operacional a nível interno.

A autodeterminação, atualmente em vigor há mais de 4 anos, já deu provas: o nosso Comité Executivo foi renovado em 2019 sem qualquer dificuldade. Cada um dos colégios do CC SUL (Setor Francês, Setor Espanhol, Setor Português e Outros Interesses) conseguiu definir os seus representantes no Comité Executivo. Assim, alterar agora o regulamento delegado segundo os critérios propostos não resolveria os problemas actuais do CC-SUL mas, iria, pelo contrário, recriar problemas resolvidos no passado. O CC-SUL deseja, por conseguinte, poder continuar a utilizar este procedimento, que foi acordado por todos os seus membros, opondo-se, portanto, aos critérios de distribuição propostos, pois isso desestabilizaria o nosso funcionamento e poderia, mais uma vez, dar lugar a protestos, actualmente inexistentes sobre este assunto, por parte dos nossos membros do sector, bem como das nossas diversas ONG. Impor um sistema a posteriori seria, de facto, inaceitável para os nossos membros, especialmente para aqueles que se envolveram em 2017 que têm trabalhado sob grande incerteza, sem o apoio da Comissão e dos seus representantes.

O CC-SUL está disponível para discutir com a Comissão Europeia o seu funcionamento actual e as soluções concretas postas em prática e espera poder continuar o seu trabalho de uma forma serena.

Com os meus melhores cumprimentos,

Aurelio Bilbao, Presidente do CC-SUL

